



ILAESE

Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos

formação para a
AÇÃO

NOTA TÉCNICA

Plano de liberação dos saques do FGTS e PIS-PASEP

Número 1
Julho/2019

Introdução

Esta nota técnica parte da premissa que a classe trabalhadora é a beneficiária e merece o acesso aos seus recursos do FGTS e PIS-PASEP. Diante do cenário econômico marcado por inúmeros ataques ao poder aquisitivo dos salários, bem como a remoção dos direitos sociais, lógico que o acesso a qualquer soma de recursos financeiros é bom para o sustento pessoal e familiar.

Todavia, o governo Bolsonaro e o Ministro Paulo Guedes lançaram uma medida provisória que cuida mais das alterações no fluxo dos recursos financeiros do FGTS e PIS-PASEP, na ordem de bilhões de reais, do que realmente favorece o poder aquisitivo dos trabalhadores, portanto, urge uma análise crítica, técnica e rigorosa sobre este posicionamento que circunda a economia política brasileira.

A referida decisão que libera saques do FGTS e PIS-PASEP faz parte de uma estratégia de economia política que visa ampliar o domínio do Capital Financeiro sobre o sistema econômico, neste caso, por meio da destruição do padrão de financiamento baseado em gastos públicos, em específico, o Plano de Obras Públicas que impulsiona direitos sociais (empregos, salários, moradia, saneamento, transportes etc.), além disso, essa medida favorece as transferências dos recursos do FGTS e PIS-PASEP aos Bancos, pois estimula o pagamento das dívidas bancárias e gera o mercado de crédito de recebíveis, ou seja, vai aumentar a dependência das famílias de trabalhadores frente às Instituições Financeiras, enfim, ainda por cima não resultará em recuperação da economia e dos empregos.

Este ponto de vista é sustentado por meio dos seguintes argumentos.

O padrão de financiamento do sistema econômico

No Brasil, de fato, em muitas conjunturas econômicas, sempre em função das lutas políticas da classe trabalhadora, os diversos governos fizeram uso dos Planos de Obras Públicas, isto é, o planejamento que se pauta por investimentos em áreas que suportam os direitos sociais, por exemplo, a construção de moradias populares, infraestrutura em saneamento, rodovias, portos, ferrovias, aeroportos, energias, enfim, muitos são os projetos de obras civis que podem melhorar o desenvolvimento social dos trabalhadores.

A política de obras públicas exerce uma conexão muito forte com os distintos segmentos da Indústria da Construção e, conseqüentemente, a macroeconomia dos empregos e salários, pois coloca uma maior massa salarial no sistema e dinamizava o mercado interno, o que melhora as decisões de gastos dos outros setores produtivos, tudo isso favorecendo a elevação do produto econômico.

Este é o padrão de financiamento que por décadas vigorou no sistema econômico do país. Convém observar que é baseado em gastos públicos, inclusive faz uso dos recursos do FGTS.



Sendo assim, a pressão política dos setores da sociedade, principalmente, a classe trabalhadora, pode exigir dos governos a geração dos empregos e salários, além de assegurar os direitos sociais, reitera-se que o direito à moradia, o saneamento básico, transportes coletivos etc.

A decisão do Ministro Paulo Guedes faz parte de uma estratégia de economia política que esvazia o padrão de financiamento baseado em gastos públicos capaz de induzir as atividades da macroeconomia do emprego e renda, bem como os direitos ligados ao desenvolvimento social dos trabalhadores. O controle estratégico do financiamento do sistema econômico e consumo agregado, em particular, o consumo das famílias, agora em poder do Capital Financeiro. Sendo de tal maneira, os trabalhadores ficam mais vulneráveis aos preços abusivos dos juros relativos aos créditos privados ofertados pelas Instituições Financeiras.

Capital Financeiro, endividamento familiar e recursos do FGTS

O Capital Financeiro já centraliza alguns setores dinâmicos da Indústria e por conta disso vem provocando a regressão social dos trabalhadores. Como se vê isso? Para ficar em apenas um exemplo, nos mencionados setores da Indústria, em tempos passados, a faixa salarial dos empregos situava-se entre 07 e 10 salários mínimos, mas agora que o controle estratégico está com o Capital Financeiro, o maior volume dos empregos situa-se na faixa entre 02 a 5 salários mínimos. A queda do poder aquisitivo dos salários está sendo combinada com ataques aos direitos sociais e trabalhistas.

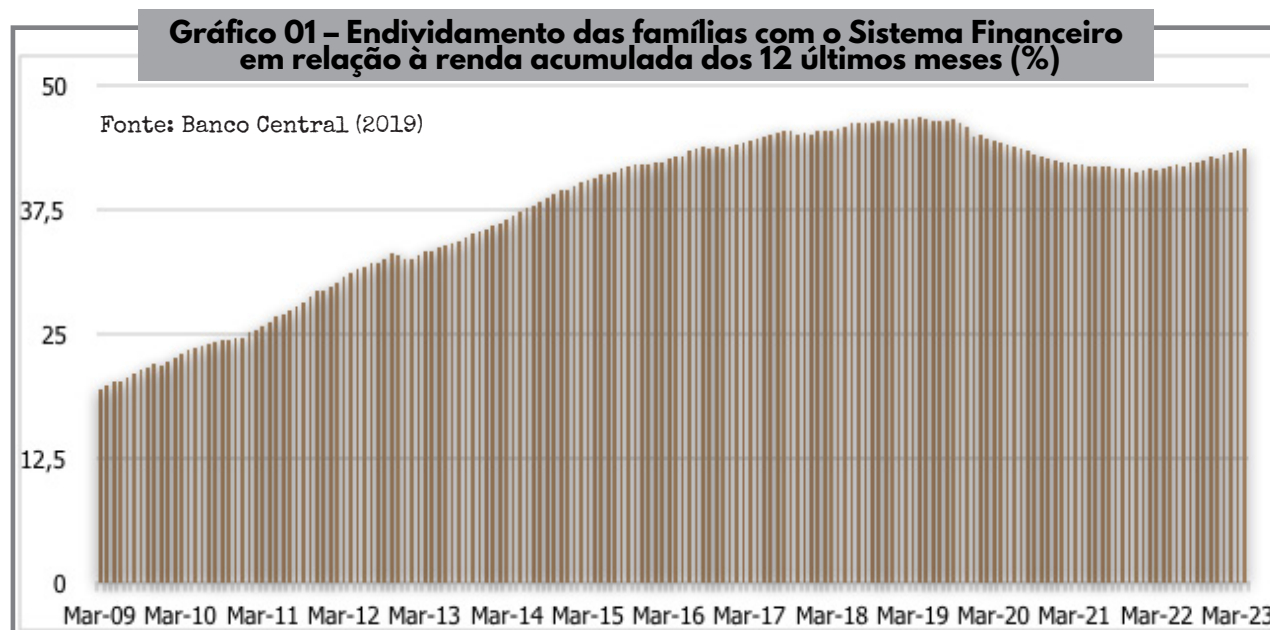
As sobreditas relações sociais de produção consolidam um cenário econômico marcado por baixo crescimento dos indicadores da macroeconomia dos empregos e salários.

Os trabalhadores estão pagando o preço da crise econômica.

Diante de tal cenário econômico, a dinâmica do consumo agregado, em particular, o consumo das famílias, fica cada vez mais dependente do sistema de crédito promovido pelas Instituições Financeiras. A prova disso é que o consumo familiar de bens industriais, principalmente os bens duráveis (carros, eletrodomésticos, eletrônicos etc.), desde os últimos anos, possui uma correlação muito forte com a oferta do crédito, diga-se de passagem, praticados por meio de juros abusivos, somente para por melhor esta ideia sobre os juros altos, as operações de cartão de crédito por vezes são feitas com juros que ultrapassam a 300% ao ano.

A maior dependência frente ao sistema de crédito leva ao endividamento das famílias dos trabalhadores. O gráfico 01 apoia esta apreensão, pondo a vista que 19,41% da renda acumulada das famílias estavam comprometidas com dívidas, em 2005, e no período recente, em março de 2019, este indicador chegou a 43,6%, depois de se ter atingido 46,8%. Portanto, a maior parte da renda agora está comprometida com dívidas junto as Instituições Financeiras e são milhões de famílias sendo expropriadas por créditos baseados em juros altos.





Muito provável é que vai perdurar o cenário da crise econômica no país, por conta das decisões no mínimo equivocadas do governo Bolsonaro, então a tendência é que a nova liquidez criada pela liberação dos saques do FGTS e PIS-PASEP seja transferida para os Bancos, via o mecanismo da dívida das famílias, ou seja, por meio do pagamento de empréstimos pessoais, crédito rotativo do cartão de crédito, cheque especial, financiamentos etc.

O uso do FGTS para empréstimos

A medida provisória de liberação dos saques do FGTS possibilita a criação de um mercado de crédito de recebíveis, isto é, o trabalhador que pegar empréstimos em Bancos poderá usar como garantia o valor a receber do saque anual. A medida diz que as parcelas do empréstimo serão descontadas da conta do trabalhador no FGTS, por ocasião da transferência de recursos do saque-aniversário.

Certo é que a maior parte das contas possui até R\$ 500,00, mas há um volume significativo de dinheiro em estoque no FGTS. Os relatórios contábeis mostram que os valores beiram a R\$ 400 bilhões.

O ponto que merece destaque é o tipo de “saque-aniversário”, que o ministro chamou de “renda permanente”. Note que as contas das categorias dos trabalhadores (metalúrgicos, bancários, professores, petroleiros etc) poderão cair neste quesito de saques anuais. O FGTS sempre funcionou para essas categorias de trabalhadores como um colchão para os momentos de dificuldades financeiras, e nos momentos de melhores resultados como um recurso adicional para o aumento do patrimônio familiar. A medida provisória do Paulo Guedes vai estimular a transferência dos recursos do FGTS às Instituições Financeiras, pois a cada ano o trabalhador das mencionadas categorias poderá fazer uso dos seus recursos do FGTS para saldar dívidas ou contrair novos empréstimos.



Convém ressaltar, o Ministro Paulo Guedes está criando os canais de transferências dos recursos do FGTS para as Instituições Financeiras, via o mecanismo de empréstimos pessoais. O que está sendo noticiado como o “mercado de crédito de recebíveis”, na verdade é uma forma de criar as bases para a expropriação do Capital Financeiro sobre a poupança coletiva dos trabalhadores.

Recuperação econômica?

A recuperação da macroeconomia do produto, emprego e renda está em função da dinâmica dos setores dinâmicos da Indústria, porém, no período recente, esses segmentos produtivos estão atuando para aumentar a lucratividade via a redução dos empregos, salários, direitos sociais e trabalhistas. Este fator político objetivo dos setores dinâmicos da Indústria leva ao enfraquecimento dos elementos da demanda, muito mais para o consumo das famílias e investimentos, e monta-se como a verdadeira contradição à recuperação econômica e o desenvolvimento social dos trabalhadores.

Portanto, a medida provisória que libera os saques do FGTS e PIS-PASEP, muito embora permita o acesso das famílias aos seus recursos financeiros, cumpre apenas o objetivo de colocar o Capital Financeiro no controle do padrão de financiamento do sistema econômico, o que por sua vez vai levar a mais dificuldades à recuperação econômica, ademais que em função do cenário de crise, o mais provável é que as famílias destinem os seus recursos as Instituições Financeiras, via a contração de empréstimos pessoais e pagamento das dívidas.

Considerações finais

O padrão de financiamento baseado no planejamento de Obras Públicas cumpria o objetivo de ativar as atividades produtivas, por conseguinte a dinâmica do mercado interno via o poder aquisitivo dos salários. Por outro lado, o controle do Capital Financeiro sobre o financiamento do sistema econômico, por meio de taxas de juros abusivas, vai prejudicar ainda mais o crescimento econômico, levando ao desemprego, queda do poder aquisitivo dos salários, enfim, a uma macroeconomia marcada por maior dependência dos trabalhadores frente às Instituições Financeiras.

Na hipótese de um cenário de crescimento econômico, a liberação de recursos do FGTS poderia levar ao aumento do consumo de bens e serviços, portanto, ao incremento patrimonial e financeiro das famílias, porém, dado o cenário de crise econômica e endividamento familiar, como se vê no Brasil, então o resultado poderá ser o de transferências de tão valiosos recursos financeiros aos Bancos, via os mecanismos de dívidas e empréstimos.

O Ministro Paulo Guedes libera o FGTS, mas age estrategicamente em favor do Capital Financeiro, na medida em que favorece o seu controle sobre o sistema econômico. Na verdade, é ministro da economia penas para ampliar o poder político do Capital Financeiro.

Portanto, o desafio da economia política brasileira passa por se construir um forte rompimento com o poder do Capital Financeiro sobre as relações sociais de produção no país.



Fontes

Banco Central. Séries temporais. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=consultarValores>. Acesso em: 26/07/2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contas nacionais trimestrais. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2019_1tri.pdf. Acesso em: 26/07/2019.

MTE-Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS & CAGED. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 26/07/2019.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Contas nacionais. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 26/07/2019.

COORDENAÇÃO NACIONAL DO ILAESE

O ILAESE é um instituto de formação e pesquisa voltado para lideranças operárias e sindicais. Acreditamos que é necessário unir a luta econômica, a luta política e a luta teórica em uma só luta de classes. Por isso ao longo de mais de 14 anos nos dedicamos a auxiliar a nova geração de dirigentes, usando conhecimento teórico e científico para potencializar a ação sindical.

Gustavo Machado (MG): (31) 99223-8876
Ana Paula Santana (MG): (31) 99231-5125
Érika Andreassy (SP): (44) 9866-4719
Nazareno Godeiro (RN): (84) 99616-9676
Nando Poeta (RN): (84) 99817-1692
Daniel Romero (BA): (71) 9144-4500
Guilherme Fonseca (PE): (81) 8827-7742

ilaese@ilaese.org.br

(31) 2520-2008

www.ilaese.org.br

